

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PRÓ – REITORIA DE PÓS – GRADUAÇÃO – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR – 4ª. Edição (2014 – 2015)

ALVAIR DE MELO SILVEIRA

A INCLUSÃO ESCOLAR EM TURMA REGULAR NUMA ESCOLA DE CAMPO

SANTA CRUZ DO SUL

2015

ALVAIR DE MELO SILVEIRA

A INCLUSÃO ESCOLAR EM TURMA REGULAR NUMA ESCOLA DE CAMPO

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado ao Programa de Pós- graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FACHED, como requisito ao título de Especialista em Gestão Educacional, do Programa Nacional de Gestores da Educação Básica/MEC.

Orientadora: Prof.^a Ms. Maria de Fátima Oliveira.

SANTA CRUZ DO SUL

2015

Dedico esse trabalho aos meus filhos Bruno e
Maria Eduarda e ao meu marido pelo apoio e
Compreensão dos momentos de ausência do convívio
Familiar para execução do trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho, quero agradecer...

... à professora Maria de Fátima, minha orientadora, pela dedicação e profissionalismo;

... à Georgia, assistente presencial, pela paciência, compreensão e carinho durante este período;

... aos colegas professores, funcionários e alunos da escola em que realizei a pesquisa para este trabalho.

**"Inclusão é o privilégio de
conviver com as diferenças".**
(Mantovan)

RESUMO

Este trabalho de pesquisa sobre Inclusão Escolar tem como objetivo analisar como vem se realizando o processo de Inclusão de alunos portadores de necessidades educativas especiais em classes regulares do ensino fundamental de uma escola de campo situada no município de Rio Pardo. Foram realizadas reuniões, leituras, debates, onde todos os segmentos da comunidade escolar puderam opinar, debater e aprender sobre o assunto, visando uma gestão democrática e participativa, entendendo que é maravilhoso conviver com “a diferença”, respeitando e aprendendo com suas qualidades que por muitas vezes, em virtude do preconceito, são excluídos da sociedade. A inclusão é um processo que está ocorrendo na escola pesquisada com o intuito de ajudar os alunos com necessidades especiais a se adaptarem ao meio escolar acompanhando o desenvolvimento intelectual e social juntamente com outras crianças, sejam elas portadoras de tais necessidades ou não. Queremos uma escola que acolha as diferenças e também o compromisso de desenvolver suas capacidades cognitivas.

Palavras-chave: Gestão Democrática; Participação; Inclusão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
1.2 Gestão democrática da educação e as políticas públicas	10
1.3 Processo inclusivo nas escolas	13
1.4 O processo inclusivo na escola pesquisada.....	15
2 METODOLOGIA	17
3 PREPARANDO O TRABALHO DE INTERVENÇÃO PARA ANALISAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	21
3.1 Educação inclusiva	22
3.2 Educação inclusiva na ótica dos professores	24
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33

INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa foi realizado em uma escola de campo, localizada no 2º distrito de Rio Pardo, que atende alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. A escola foi criada no ano de 1938. Funciona nos turnos da manhã e da tarde.

A escola possui uma diretora, quatro professoras, uma secretária, uma funcionária de limpeza e uma funcionária da alimentação. Atende 70 alunos, sendo 4 meninos e 2 meninas inclusos, com alguma deficiência, motivo que levou a escolher como o foco do Projeto de Intervenção a Inclusão Escolar.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) estabelecem que a educação é direito de todos, garantindo atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência. Portanto crianças que antes eram excluídas da escola regular e colocadas em instituições para deficientes, agora têm o direito garantido por lei à educação e de frequentar a mesma escola das crianças afro-descendentes, brancas, pobres ou ricas.

O objetivo desta pesquisa foi:

- Analisar como vem se realizando o processo de inclusão de alunos portadores de necessidades educativas especiais em classes regulares do ensino fundamental numa escola de campo da rede pública de ensino.

Os objetivos específicos foram:

- Estudar conceitos, fundamentos, aspectos legais relativos a inclusão de alunos portadores de necessidades educativas especiais;
- Dialogar com a comunidade escolar a questão da inclusão de alunos portadores de necessidades especiais da escola.
- Verificar juntamente com a comunidade escolar que aspectos são relevantes ou não no tocante a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais da escola e
- Analisar a questão da inclusão na gestão democrática escolar como essa se reflete no projeto político pedagógico.

Por isso, esse trabalho propôs uma reflexão sobre a importância do gestor educacional frente à inclusão nos anos iniciais, garantindo o acesso e aprendizagem desses alunos. Para que possa se tornar um espaço inclusivo, a escola necessita abrir suas portas, abandonar o fazer burocrático, apenas cumpridora de papéis e normas estabelecidas pelo sistema

educacional. Deve de fato, se transformar num espaço democrático de decisões, construtora de uma sociedade inclusiva, compromissada com as minorias, cujo grupo está inserido os portadores de deficiência, ou seja, uma escola de todos para todos.

Dentre as inúmeras mudanças que ocorrem na sociedade atual, de ordem econômica, política, social ideológica, a escola, como instituição de ensino e de práticas pedagógicas, enfrenta muitos desafios que comprometem a sua ação frente às exigências que surgem. Assim, os profissionais, que nela trabalham, precisam estar conscientes de que os alunos devem ter uma formação cada vez mais ampla, promovendo o desenvolvimento das capacidades desses sujeitos, com respeito às diferenças.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Os aspectos teóricos desenvolvidos nesse trabalho começa com uma pesquisa reflexiva sobre à inclusão nos anos iniciais com o objetivo de potencializar a aprendizagem dos alunos.

1.1 O DIREITO À EDUCAÇÃO

A educação é definida como direito do cidadão sendo dever do estado garantir este direito. Mas o cidadão tem a responsabilidade de efetivar o seu direito, assim como o estado tem essa obrigação.

Há praticamente em todos os países leis que garantem o direito à educação a seus cidadãos. São inegáveis os esforços levados adiante pela UNESCO no sentido da universalização do ensino fundamental para todos os países.

A educação escolar é um princípio indispensável para o exercício da cidadania, a participação política e social na inserção no mundo do trabalho. A Constituição Federal de 1988 no art. 205 garante este direito.

O papel do gestor escolar é o de assumir e liderar a efetivação desse direito no desempenho de suas atribuições, na comunidade escolar em que atua. As precárias condições de existência social, os preconceitos, a discriminação racial e a opção por outras prioridades fazem com que tenhamos uma herança cultural pesada de séculos a ser recuperada.

Segundo a Declaração Mundial sobre Educação para todos de Jomtien, o direito a educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural. Como parte da herança cultural, o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação.

Se a escola é vista como uma instituição que presta serviço social à sociedade, precisa levar em conta os interesses dos cidadãos, a quem ela deve servir e para os quais foi criada. A criação de espaços para a vivência da participação e da democracia na escola hoje, tornou-se foco de qualidade e respeito nas escolas. Sobre isso Freire (1997, p.30) diz: “O ser humano aprende a ser humano aprendendo as significações que os outros humanos dão à vida, à terra, ao amor, à opressão e a libertação.” Portanto, a superação da prática da escola só se tornará possível se ela se tornar o lugar onde se desenvolvem as condições de cidadania e democracia.

1.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas educacionais vigentes passaram por muitas reflexões sobre os variados ajustes, sobre as inovações e acima de tudo por uma maneira diferente de fazer educação. Com a Carta Constitucional 1988 que estabelece como princípios básicos o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e a gestão democrática da educação. A educação ganhou cara nova ao incorporar a Gestão Democrática como um princípio da educação na forma da Lei. Ao tomar esta decisão a Constituição consolidou práticas que já vinham sendo disseminadas em vários sistemas de ensino estaduais e municipais, algumas delas amparadas legalmente pelo legislativo ou pelo poder executivo.

As incumbências dos estabelecimentos de ensino fixadas pela LDB (Lei nº 9394/96) incluem em seu texto no Art. 12, a elaboração e execução da proposta pedagógica, e no Art. 15, a ampliação progressiva de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nas escolas. Sob o aspecto do tema autonomia da escola o suporte a esse tema já havia sido assegurado à sociedade pela Carta Constitucional de 1988, que institui a “democracia participativa” e assegura mecanismos que viabilizem ao povo exercer o poder “diretamente”. (Art. 1º). Viram nessa tão esperada mudança da Escola para a Gestão Democrática da educação esperança de melhorias, de consolidação das ações, pela participação dos vários segmentos da sociedade e seu objetivo é o de fortalecer a escola e a qualidade do ensino, pois a escola precisa preparar o indivíduo para sua inserção na comunidade, à emancipação social e para sua autonomia pessoal.

A Gestão Democrática implica na participação intensa e constante dos diferentes segmentos sociais nos processos decisórios, na coparticipação das responsabilidades, articulação, transparência das ações, mobilização, compromisso social e coletivo com os projetos da escola. Ou seja, gerir a educação através da participação ativa de todos aqueles que se envolvem no processo educacional com o objetivo claro de atender às aspirações da sociedade através dos anseios e necessidades daqueles que fazem ou usam a escola.

De acordo com o caderno 1 (Secretaria do Estado do Rio Grande do Sul, 1997, p.10) “Quando se pensa a respeito e se faz gestão democrática, realizam-se processos participativos. E processo participativo supõe criação e ação em órgãos colegiados”. A participação exige planejamentos conjuntos, decisões compartilhadas nas diferentes estâncias da comunidade escolar, criação de parcerias e principalmente sair do nível administrativo para o nível pedagógico da ação.

A lei nº 10.576/95 implementa a gestão democrática do ensino no Rio Grande do Sul e estabelece:

- a) autonomia dos estabelecimentos de ensino na gestão administrativa, financeira e pedagógica;
- b) livre organização dos segmentos da comunidade escolar;
- c) participação dos segmentos das comunidades escolar nos processos decisórios em órgão colegiados
- d) transparência dos mecanismos administrativos, financeiros e pedagógicos;
- e) garantia de descentralização do processo educacional;
- f) valorização dos profissionais da educação;
- g) eficiência no uso de recursos, etc.

A estrutura de gestão de uma escola democrática pressupõe a constituição de mecanismos de participação, segundo Paro (1999, p.23) “coordenação do esforço humano coletivo ou simplesmente coordenação, utilizando a palavra para indicar o campo de interesse teórico-prático da administração que diz respeito ao emprego racional do esforço humano coletivo”.

Assim a consciência e a prática da democracia precisam ser exercidas dentro da escola com a finalidade específica de colaborar com a sociedade na execução e garantia do exercício de sua cidadania de forma consciente e dessa forma poder intervir na sua realidade e poder transformá-la.

O tema gestão da educação tem sido bastante discutido e analisado no contexto da escola e precisa ter uma atenção especial por parte dos professores e gestores, pois dá abertura ao novo, ao democrático, ao participativo, ao diálogo, à descentralização do poder e está voltada à participação, à emancipação humana, incorporando ao seu papel a mediação do conhecimento. Podemos ilustrar pra melhor entendimento com as palavras de Freire (1987, p.17) “se o diálogo é o encontro dos homens para ser mais, não pode fazer-se na desesperança. Se os sujeitos do diálogo nada esperam do seu “que fazer” já não pode haver diálogo”.

Dessa forma, a Gestão da Educação, conforme os significados encontrados nos dicionários, deve exercer, executar, administrar projetos, de certa forma envolve sempre uma ação e sendo construída por meio de ações resulta sempre em consequências ou efeitos, ou seja, é o efeito de gerir, de dirigir, de comando. Sendo assim, implica em responsabilidades. As ações que envolvem a Gestão da Educação devem ser realizadas sob a ótica da mediação pra desenvolver o cidadão e a criança na sua totalidade.

Assim, (CF. Art. 205, LDB artigo 2º) “A finalidade da educação é o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para

o trabalho”. No entanto, A Lei nº 9394/96 amplia esse sentido e define que esta abranja os processos formativos que desenvolvam a vida da família, a convivência humana, o trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações sociais.

Portanto, ao implantar a Gestão Democrática a instituição precisa entendê-la como uma nova maneira de gerir a escola como novo paradigma, idéias, uma ação orientada sob princípios democráticos, compreender o significado da palavra autonomia, descentralização, participação no espaço escolar e acima de tudo, é preciso mudar a mentalidade e a ação envolver os sujeitos envolvidos no processo educativo de forma que todos se sintam corresponsáveis pelo sucesso desse modelo ressaltando que a escola não é composta apenas pelo diretor ou que se dá apenas com o princípio eletivo. A escola passa então a ser compreendida como um espaço democrático onde as ações e decisões são representadas pelos segmentos onde todos direta ou indiretamente atuam como co-gestores e buscam a emancipação do ser humano.

A Gestão da Educação perpassa pelo sistema de ensino em três esferas com suas respectivas incumbências. Sendo a esfera federal – UNIÃO – esfera estadual – ESTADOS – DF e a esfera municipal – MUNICÍPIOS. Cada esfera apresenta sua Composição dos sistemas de ensino de sua responsabilidade: federal fica responsável pelas instituições de ensino mantidas pela União; Instituições particulares de educação superior e Órgãos federais de educação.

A esfera Estadual fica responsável pelas Instituições de ensino mantidas pelo Estado; Instituições de educação superior mantidas pelos respectivos Municípios; Instituições particulares de ensino fundamental e médio; Órgãos estaduais de educação; Instituições Municipais de ensino e instituições particulares de educação infantil quando os municípios optarem por compor com ele sistema único de educação básica.

E por último a esfera Municipal que se responsabiliza pelas Instituições de educação infantil e de ensino fundamental e médio mantidas pelo município; Instituições particulares de educação infantil e Órgãos municipais de educação.

A Gestão Escolar como o próprio nome já esclarece se situa no espaço escolar e diz respeito a todas as tarefas que pertencem à escola. Assim, gestão escolar pressupõe Projeto Político Pedagógico, enquanto que a política educacional pressupõe gestão educacional. Mesmo assim ainda há um pequeno desencontro entre estas duas esferas da gestão, uma vez que a finalidade de ambas é promover uma educação de qualidade para todos previstos na LDB e na Constituição Federal de 1988.

1.3 PROCESSO INCLUSIVO NAS ESCOLAS

A constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) estabelecem que a educação é direito de todos, garantindo atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência. Portanto crianças que antes eram excluídas da escola regular e colocadas em instituições para deficientes, agora têm o direito garantido por lei à educação e de frequentar a mesma escola das crianças afrodescendentes, brancas, pobres ou ricas.

A educação especial começou a ser discutida a partir do século XVI por médicos e pedagogos se destinava apenas àqueles que eram portadores de alguma deficiência, os quais eram tratados em asilos e manicômios.

De acordo com Mazzotta (1999, p.27), "a inclusão da "educação de deficientes", da "educação dos excepcionais" ou da "educação especial" na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX".

Somente no século XIX, diante da escolarização obrigatória e da incapacidade da escola em responder pela aprendizagem de todos os alunos, deram origem às classes especiais nas escolas regulares para onde os alunos considerados difíceis e incapazes passaram a ser encaminhados. O acesso à educação para portadores de deficiências foi lentamente conquistado, na medida em que se ampliaram as oportunidades educacionais para a população em geral. Entretanto, somente proliferou como modalidade alternativa às instituições residenciais depois das duas Guerras Mundiais.

Na Conferência de Jontiem, em 1990, e na Conferência Mundial de Educação Especial, que aconteceu em 1994, na cidade de Salamanca, na Espanha que resultou na "Declaração de Salamanca" iniciou o processo de inclusão escolar e passou a ser foco principal da educação especial rompendo como paradigma da educação até aquele momento, a estrutura curricular fechada na escola. Significando uma transformação da estrutura social na tentativa de inserir a pessoa com deficiência no meio social.

É importante ressaltar que a Educação Inclusiva propõe que todas as pessoas com necessidades educacionais especiais sejam matriculadas na escola regular, baseando-se no princípio de educação para todos. Werneck (1997, p.42) esclarece que a inclusão vem "quebrar barreiras cristalizadas em torno de grandes estigmatizados". Porém, é necessário entender que ensinar, hoje, significa comprometer-se com o outro e a inclusão escolar provoca

uma mudança de atitude diante deste outro, pois para incluir não basta fazê-lo só na sala de aula deve ser cidadão que luta pela inclusão em todos os âmbitos sociais.

Por isso, a escola deve ser cautelosa e acolher, educar e ensinar a todos e para ser realmente democrática, respeitar as diferenças individuais para ensinar o aluno aprender e aprender reafirmando os fundamentos da escola inclusiva assegurando educação como direito de todos; igualdade de oportunidades; convívio social; cidadania, valorização da diversidade e transformação social. Por isso, implica uma mudança de atitude, postura política e social no contexto educacional exigindo a participação consciente e responsável de todos os professores, gestores, família e comunidade onde o aluno está inserido.

As políticas brasileiras já desenvolveram muita coisa em relação ao processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência. Dentre as principais destaca-se o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. A lei nº 8069/90 estabelece que “toda a criança e adolescente tem o direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. (Art. 53). Assegurando a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; direito de ser respeitado por seus educadores e garante o acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. Em seu Art. 54, III está expresso a garantia do recebimento de educação, tratamento e cuidados especiais à pessoa portadora de deficiência. Esse mesmo direito é garantido no Princípio 5º da Declaração dos Direitos da Criança, na Constituição Brasileira de 1988 em seu Art.208, III.

Frente a essa nova proposta de Educação Inclusiva a escola deve ser redefinida, os papéis devem ser repensados no interior da escola. Ela deve ser definida, hoje, como uma instituição social democrática, plural, de qualidade e que seu papel é o de atender as crianças, sem exceção independente de sua condição física, intelectual já assegurada em Lei. De acordo com Mader (1997, p.47) “Um novo paradigma está nascendo, que considera a diferença como algo inerente na relação entre os seres humanos. Cada vez mais a diversidade está sendo vista como algo natural”. Portanto cabe à escola promover e assegurar todos esses direitos à criança seja ela qual for.

1.4 O PROCESSO INCLUSIVO NA ESCOLA PESQUISADA

A pesquisa foi realizada em uma escola pública no interior do município de Rio Pardo, que atende alunos de 1º ao 5º ano, onde o processo inclusivo ocorre de uma maneira precária. Começa pela parte física que não é adaptada para o aluno com necessidades especiais, falta capacitação para os professores, materiais e espaços adequados. Mas mesmo nestas condições inadequadas não se nega vaga para os alunos que procuram a escola. O aluno é acolhido, bem aceito e se faz o que é possível dentro das condições existentes, respeitando as diferenças.

Temos alguns alunos com necessidades especiais, uns com necessidades mais leves e outros com necessidades mais graves. Estão incluídos alunos com deficiência mental, auditiva, deficiência múltipla e alguns deficiência intelectual, além de outras deficiências mais leves.

Os alunos que ingressam na escola são oriundos de uma Escola Municipal de Educação Infantil muito próxima, os pátios são divididos por uma cerca. Os alunos da educação infantil quando tem necessidade de atendimento especializado são encaminhados ao CAMEE (Centro de Atendimento Municipal de Educação Especial) que atende a rede municipal. Quando estes alunos ingressam na Escola Estadual perdem este atendimento que é exclusivo do município de Rio Pardo.

A escola estadual pesquisada não possui sala de recursos. Atende todos na turma regular e os alunos com necessidades especiais são encaminhados para atendimento no CAPSI, APAE, CREAS ou Sala de Recurso de uma Escola Estadual mais próxima. Alguns alunos ficam sem atendimento, porque as vagas são limitadas e quando a escola consegue vaga a família não colabora e não leva os alunos para atendimento.

A escola, a partir da reformulação do Projeto Político Pedagógico tenta efetuar mudanças em toda a sua estrutura educacional para que a educação inclusiva seja efetiva e eficaz. Segundo a Declaração de Salamanca (1994, p. 17-18), "a escola inclusiva deve ser a solução para as pessoas com necessidades educativas especiais, uma vez que é a escola a responsável por formar o cidadão e a ele deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos".

É nesse sentido que nós gestores temos que atender a permanente necessidade de uma "educação para todos". Portanto cabe à escola buscar novos posicionamentos diante dos processos de ensino e aprendizagem inovando a sua prática pedagógica para dar conta de

atender as diversidades humanas. Sendo assim, é necessário antes de tudo, tornar real os requisitos para que a escola seja verdadeiramente inclusiva e não excludente.

2 METODOLOGIA

Este projeto de pesquisa foi baseado em instrumentos de investigação de natureza qualitativa, onde pretendo compreender os fenômenos estudados interpretando-os de acordo com o ponto de vista dos participantes da situação evidenciada.

Os estudos realizados estão baseados na metodologia da pesquisa-ação, que segundo Thiollent (2008, pág. 14)

[...] é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com uma resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo e participativo.

Deste modo a pesquisa foi realizada juntamente com a comunidade escolar, visando a participação de todos os segmentos e que ocorreu a integração entre pesquisador e sujeitos. A pesquisa realizada foi referente a inclusão no cotidiano escolar e na construção de uma gestão democrática e participativa.

Nos últimos anos a escola tem se deparado com um ambiente escolar de muitos desafios, dentre eles, o de atender às demandas da diversidade de sua clientela. Mittler (2003, p.25) reflete acerca da inclusão: "No campo educacional envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as oportunidades educacionais oferecidas pela escola".

Para que tenhamos uma escola inclusiva necessitamos de uma gestão democrática que oportunize a participação de todos e com responsabilidade nas discussões, decisões, acompanhamento e avaliação junto com a dialogicidade assumindo um compromisso coletivo com os resultados de aprendizagens cada vez mais efetivos. Portanto a missão da escola hoje é atender o aprendiz, ao usuário, ao estudante, ou seja, um usuário específico, com necessidades especiais, que aprende, representa e utiliza o conhecimento de forma diferente também.

Se a escola é vista como uma instituição que presta um serviço social à sociedade, precisa levar em conta os interesses dos cidadãos, a quem ela deve servir e para os quais foi criada. A criação de espaços para a vivência da participação e da democracia na escola hoje, tornou-se foco de qualidade e respeito na escola. Segundo Freire (1987, p.25)

Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com decência e com a seriedade.

Isso significa dizer que, hoje a escola precisa inculcar valores éticos e morais para tornar o cidadão capacitado e agente de uma sociedade cada vez mais humana, dialógica, justa e comprometida com o outro. A escola é um lugar que oportuniza, ou deveria possibilitar as pessoas à convivência com seus semelhantes.

A pesquisa foi realizada em uma escola pública no interior do município de Rio Pardo, que atende alunos de 1º ao 5º ano, onde o processo inclusivo ocorre de uma maneira precária. Começa pela parte física que não é adaptada para aluno com necessidades especiais. Falta capacitação para os professores, materiais e espaços adequados. Mas mesmo nestas condições inadequadas não se nega vaga para os alunos que procuram a escola. Ele é bem aceito e se faz o que é possível dentro das condições existentes, respeitando as diferenças.

Temos seis alunos com necessidade especiais, sendo quatro meninos e duas meninas, uns com necessidades mais leves e outros com necessidades mais graves. Estão incluídos alunos com deficiência mental, auditiva, deficiência múltipla, e, alguns, intelectual, além de outras deficiências mais leves.

Os alunos que ingressam na escola são oriundos de uma Escola Municipal de Educação Infantil muito próxima, os pátios são divididos por uma cerca. Os alunos da educação infantil quando tem necessidades de atendimento especializado são encaminhados ao CAMEE (Centro de Atendimento Municipal de Educação Especial) que atende a rede municipal. Quando estes alunos ingressam na Escola Estadual perdem este atendimento que é exclusivo do município de Rio Pardo. Os mesmos são encaminhados para atendimento em outros lugares que oferecem algum tipo de atendimento especializado.

A Escola Estadual pesquisada não possui sala de recurso. Atende todos na turma regular e os alunos com necessidades especiais são encaminhados para atendimentos no Centro de Atendimento Psicológico (CAPSI), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) ou Sala de Recurso de uma Escola Estadual mais próxima. Alguns alunos ficam sem atendimento, porque as vagas são limitadas e quando a escola consegue vaga a família não colabora e não leva os alunos para o atendimento.

A escola pesquisada possui cinco professoras, sendo que quatro atuam do 1º ao 5º ano. Todos possuem curso de pedagogia e três professoras possuem especialização, uma em

educação especial e a outra em Orientação Educacional. Uma das professoras possui especialização em psicopedagogia institucional, que ocupa o cargo de diretora.

Durante o ano de 2014, os professores da escola participaram do curso de formação continuada, onde foi abordado o tema sobre inclusão escolar. Os professores se reúnem quinzenalmente para discutir e estudar temas pertinentes a sua prática de sala de aula. Um dos temas mais debatido é sobre a inclusão, porque todas as turmas atendidas têm alunos inclusos e os professores elaboram um currículo adaptado.

Para realizar essas reflexões sobre o tema da pesquisa, no final do ano passado, foi analisado o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, foi feita entrevista e reuniões com a equipe diretiva e representantes de todos os segmentos da comunidade escolar. Sendo três participantes da equipe diretiva e cinco representantes de alunos, pais, professores e funcionários. O maior número de contribuições foi por parte dos professores por terem maior conhecimento sobre o assunto, convivendo com as situações diariamente. Para aprofundar o tema foram realizadas leituras e pesquisas em livros, artigos, textos na Constituição Federal, Estadual, LDB, Regimento Escolar, ECA, Lei Estadual da Gestão Democrática, entre outros.

No início deste ano foi realizada reunião com todos os segmentos da comunidade escolar para apresentar o Projeto Político Pedagógico (PPP) e acrescentar ideias sobre inclusão escolar. Na reunião geral com os pais foi apresentado um vídeo sobre a diversidade cultural e após houve debate sobre a inclusão. Após esclarecimentos e orientações sobre alunos incluídos, nota-se que há uma maior compreensão e ajuda entre todos os segmentos da comunidade escolar. A escola adquiriu diversos materiais didáticos de acordo com as necessidades dos alunos para melhor atendê-los. Há uma parceria entre a escola e as entidades que atendem os alunos com necessidades especiais. Durante o mês de março visitei a APAE, CAPSI, CREAS e Sala de Recursos para dialogar e planejar atendimento aos nossos alunos. A parceria entre a Escola e as Entidades continua ativamente através ligações, e-mails e algumas visitas. Durante a Formação Pedagógica, professor e funcionários participaram de palestras e encontros sobre a inclusão escolar.

Em um dos encontros quinzenais dos professores foi solicitado aos mesmos que respondessem as seguintes questões: Como está acontecendo a inclusão escolar? Quais são as dificuldades encontradas? Como ocorre a aceitação dos colegas? Entre diálogo com os docentes, destacamos os principais pontos, que estão explicitados abaixo. Segundo a Coordenadora Pedagógica da escola:

Toda criança tem o direito a Educação, portanto todas as crianças são aceitas na escola, que dentro das possibilidades, recebe o aluno de Necessidades Educativas Especiais, na medida do possível, procurando atender da melhor maneira possível. A escola recebe alunos portadores de deficiência mental, intelectual, auditiva e deficiências múltiplas (física, mental e intelectual).

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), toda criança tem direito a educação, dessa forma, a escola acolhe todos os alunos da melhor forma possível, respeitando as suas diferenças, orientando nas suas dificuldades e elaborando um currículo adaptado para aqueles com maiores dificuldades, contribuindo então, para que todos ampliem seus conhecimentos. Segundo uma professora titular da turma do 4º ano:

As principais dificuldades encontradas são: falta de formação adequada aos professores que não se sentem seguros para um melhor atendimento ao aluno incluído, também falta uma formação continuada sistemática para dar melhor suporte pedagógico para os professores.

Falta apoio do poder público em oportunizar a atualização constante dos professores para melhor desempenhar suas funções juntamente com seus alunos. Há carência, também, numa melhor estrutura física e materiais didáticos que possibilitem uma melhor aprendizagem. Há inexistência de auxílio de monitores, para ajudar no atendimento de alunos com maiores graus de deficiência. A professora titular do 5º ano, acredita que:

A aceitação de alunos portadores de Necessidades Educacionais Especiais é muito boa, existe aceitação dos colegas, e a inclusão dos alunos é tranquila, não havendo nenhum tipo de discriminação por parte da turma. Os colegas criam vínculos de amizade e cooperação, gostam de ajudar e o convívio é normal.

Atualmente, houve grande avanço por parte das crianças que aceitam os seus colegas, sem discriminações e cooperando nas suas dificuldades. O convívio entre as crianças é natural, não havendo exclusão e maior respeito entre todos. Após momentos de diálogo com alunos, pais, professores, estudos das leis da inclusão, alguns autores, vídeos, houve maior conscientização por parte de todos.

Apesar das dificuldades encontradas, todos os segmentos escolares (pais, alunos, professores e funcionários) se empenham em melhorar as condições de trabalho, aplicar da melhor formas os recursos recebidos e contribuir para que tenhamos uma gestão democrática, onde toda a comunidade escolar se sinta realizada com o trabalho da escola. Todos os segmentos se dedicam para que os alunos realmente aprendam, não somente conteúdos, mas valores morais que contribuam para ser melhores cidadãos.

3 PREPARANDO O TRABALHO DE INTERVENÇÃO PARA ANALISAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O ano de 2014 foi um ano de reconstrução curricular na escola pesquisada, tendo ocorrido várias reuniões com os segmentos escolares, direção, professores, funcionários, pais e alunos. Após ingressar no curso de gestor educacional, novas ideias vieram somar para melhorar meu desempenho como gestor escolar.

A primeira atividade foi reunir a equipe diretiva para analisar o PPP e projetar mudanças necessárias. Baseada em pesquisa antropológica realizada anteriormente na comunidade escolar foi elaborado o diagnóstico da realidade da escola. Ainda no ano passado foram realizadas reuniões com professores, funcionários, pais e alunos. Os objetivos das reuniões foram: discutir, analisar e avaliar as atividades escolares, baseado na gestão democrática, todos tiveram oportunidade de expor suas ideias e contribuições para o melhor andamento das atividades da escola.

Após leituras e comentários sobre o texto “O repensar da educação inclusiva”, foi escolhido como tema para o Projeto de Intervenção (PI): A inclusão Escolar. Segundo Cláudia Werneck “A escola é o começo de tudo. Se ela não alterar seus princípios, adeus sociedade inclusiva”. Partindo do tema iniciou-se o processo de leituras, pesquisas e trocas de ideias. Durante o mês de janeiro ocorreu a aula presencial com orientações sobre o PI e após elaboração do anteprojeto.

No início do ano letivo de 2015 houve reunião com a equipe diretiva, funcionários e professores, que muitas vezes não se sentem preparados, carecem de habilidades de gerenciamento do comportamento dessas crianças e de sala de aula, não sabendo como diferenciar o ensino para esses aprendizes. Por isso, deverá acompanhar o conhecimento sempre crescente sobre políticas eficazes para a educação inclusiva, a qual se traduz não só em benefício dos alunos com deficiência, mas também de todos os demais alunos. Houve, também, a discussão do tema do PI, leitura do Parecer nº 56/2006 do CEED que orienta sobre a Inclusão nas escolas do Rio Grande do Sul, estudo e planejamento do PPP, tarefa realizada em parceria com todos os segmentos escolares.

Após os encontros, a escola adquiriu materiais pedagógicos de acordo com as necessidades dos alunos, como por exemplo: alfabeto e numerais em libras para uma aluna surda. Durante a Jornada Pedagógica, os professores assistiram às palestras sobre a Inclusão com a diretora da APAE de Rio Pardo e houve trocas de experiências. Também durante a

formação, as professoras participaram de um encontro com os profissionais da sala de recurso de uma escola estadual próxima onde alguns de nossos alunos recebem atendimento. Os professores foram orientados nas questões de trabalhar com o currículo adaptado. Assistimos o vídeo “Cuerdas”, que apresenta sobre a inclusão de um aluno deficiente físico e mental que é semelhante ao caso de um aluno incluído que frequenta a escola, onde emocionou todos os professores e funcionários presentes.

Podemos perceber que após todas as atividades desenvolvidas na escola trabalhando sobre a Inclusão, os professores tem um novo olhar sobre a realidade inclusiva e os alunos estão mais receptivos, solidários com os colegas inclusos. É relevante o avanço que a escola obteve sobre esse tema tão importante para alcançarmos uma sociedade mais justa e igualitária com respeito as diferenças.

3.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As últimas décadas trouxeram o que estava distante para mais perto, isto nos mais diversos segmentos sociais. Um dos fatores que fez tal encaminhamento foi a globalização: As últimas décadas não foram marcadas apenas por mudanças no mundo dos negócios, na globalização dos mercados, na reestruturação produtiva, houve mudanças irrefreáveis na educação, sejam mudanças nos parâmetros curriculares nacionais, mudanças na universalização do acesso à educação, mudanças na obrigatoriedade do ensino, mudanças nas leis de acessibilidade, entre outras. Tais mudanças foram se espalhando nos mais recônditos cantinhos da educação, e nesse caso na educação especial.

Educação Especial, que ainda hoje impera a necessidade de graqueá-la, pois não podemos mais partir do argumento que busca simplificar educação especial com suas instituições especiais, que fica entre o que é “normal” ou “anormal”, essa deve, antes de mais nada, analisar sua própria origem e desenvolvimento e como inserir o que antes ficava fora, a parte, confinada apenas entre iguais. Logo iniciamos esse capítulo, primeiramente fazendo uma breve viagem sobre conceitos, fundamentos e desenvolvimento sobre inclusão.

Saint – Laurent (1997) enfatiza que a inclusão escolar teve início na década de 80. Essa temática começou a se projetar quando um maior número de alunos portadores de necessidades especiais (PNEs) passou a frequentar as classes regulares, intensificando a necessidade de educar alunos com deficiência no ensino regular. Crianças em idade escolar com algum tipo de deficiência e que não tinham acesso à educação deixaram as escolas especiais e começaram a buscar vagas no ensino regular.

Nos anos 90, a ideia de integração escolar total para todos os alunos se torna popularmente conhecida. Neste momento surge o modelo de inclusão, o que propõe que as escolas de ensino regular respondam às necessidades pedagógicas de cada aluno.

A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais em escolas regulares é um direito previsto em lei. Entende-se por inclusão a garantia de todos do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade esta que deve estar orientada por relações de acolhimento e diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo da equiparação de oportunidades de desenvolvimento com qualidade em todas as dimensões da vida.

Por Educação Inclusiva entendo que deve ser o conjunto de recursos que a escola deve organizar e disponibilizar para facilitar a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais que necessitam de apoio diferenciado daqueles ditos “normais” na classe regular.

Segundo Mantoan (2006, pág 206):

“a inclusão escolar está interligada a movimentos sociais, que buscam igualdades e justiça no acesso a bens e serviços pelas crianças portadoras de necessidades especiais. Ou seja, implica na quebra dos atuais modelos educacionais com o propósito de realizar mudanças necessárias para alcançar um modelo educacional inclusivo.”

Para instaurar uma condição de igualdade nas escolas não se concebe que todos os alunos sejam iguais em tudo, é necessário que sejam consideradas suas diferenças naturais e sociais. A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais em escolas regulares é um direito previsto em lei. Entende-se por inclusão a garantia de todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade esta que deve estar orientada por relações de acolhimento e diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo, da equiparação de oportunidades de desenvolvimento com qualidade em todas as dimensões da vida.

A escola deve elaborar seu currículo, para que atenda os alunos em suas diferenças seja de ordem cultural, ética, de gênero, linguística, bem como os alunos com necessidade educacional especial, ampliando o acesso ao conhecimento, a participação de todos os alunos, e considerando os seus direitos de aprendizagem.

Pensando em aprofundar sobre o tema Educação Inclusiva nas classes regulares dos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma Escola Pública localizada no interior de Rio Pardo, foi realizada uma pesquisa com os professores que atuam nas turmas regulares e atendem alunos portadores de necessidades educacionais especiais, com a finalidade de

conhecer melhor como acontece a inclusão na prática do cotidiano escolar, na intenção de contribuir para melhoria deste atendimento.

3.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ÓTICA DOS PROFESSORES

Durante a pesquisa realizada com professores que atende alunos com necessidades educacionais especiais em turmas regulares, foi perguntado para os docentes o que entendem sobre educação inclusiva. Eles destacam o seguinte:

Durante a pesquisa realizada com professores que atende alunos com necessidades educacionais especiais em turmas regulares, foi perguntado para os docentes o que entendem sobre educação inclusiva. Eles destacam o seguinte:

1. Educação Inclusiva entendo por ser o momento em que os alunos portadores de necessidades especiais inseridos na escola regular visando a interação, a aprendizagem, respeitando as suas diferenças.
2. É aquela em que há aceitação da pessoa incluída, onde ela é tratada com afetividade, com adaptações necessárias ao seu bem estar e a sua aprendizagem.
3. É aquela educação que acolhe bem o aluno, faz a interação entre o aluno com necessidades e os demais segmentos da escola.
4. Para mim educação Inclusiva é aquela que acolhe todos, não discrimina, nem seleciona é uma educação para todos.

Nas respostas dos docentes ficam evidenciadas as palavras de Mantoan (2003, pág.19) “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”, ou seja, é a capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com as pessoas diferentes de nós. A Educação Inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Ainda citando a educadora: “Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é, interagir com o outro”.

Penso, que Educação Inclusiva é aquela que valoriza a diversidade humana e aceita as diferenças individuais. É no ambiente escolar que ocorre o enriquecimento das trocas de idéias, seja no desenvolvimento intelectual, social e cultural entre os sujeitos. É neste ambiente que se aprende a conviver, contribuir e construir um mundo melhor para todos.

Para Veiga (2003):

“a instituição escolar deve desenvolver, a partir da legislação vigente, propostas e níveis de acessibilidade capazes de viabilizar a prática de uma educação inclusiva, significa assumir compromisso em rever concepções e paradigmas em torno da educação, respeitando e valorizando a diversidade dos alunos, atendendo as suas necessidades e desenvolvendo o potencial de cada um.”

A Inclusão Escolar cresce a cada ano e junto o desafio dos educadores de garantir uma educação de qualidade para todos. Os docentes entrevistados consideram relevantes na Educação Inclusiva.

1. Respeito, interação, afetividade, necessidade, direito, diversidade, aprendizagem, sociabilidade e construção. Conviver, diferenças, desafios...
2. Acessibilidade, local e material didático. Colaboração de todos, respeito aos limites de cada um afetividade.
3. Acolhimento, respeito, disponibilidade, atividades que atendem suas necessidades, sociabilidade, carinho e aprendizagem.
4. A Educação Inclusiva é uma conquista de toda a criança PNE, mas ainda precisa avançar em todos os aspectos.

Segundo Mantoan (2003, pág.21):

A inclusão só pode ser compreendida no contexto de uma educação para todos pautada no princípio da igualdade entre homens e mulheres no respeito a individualidade, nas possibilidades de cada um, na equidade, na justiça, na paz e na cooperação. Mas, mesmo que o professor tenha claro para si todas essas condições, é necessário investir na sua formação como profissional.

Os professores acreditam que aprimorando a qualidade do ensino com novas maneiras de se ensinar, respeitando as diferenças dos alunos, assim teremos uma educação para todos, sem preconceitos e discriminações. Onde cada aluno tenha seus direitos garantidos e que seja respeitado as diferenças.

A inclusão de alunos portadores de necessidades especiais nas turmas regulares da escola pesquisada acontece como algo normal segundo os docentes entrevistados.

1. Da melhor maneira possível. Os colegas tem uma atenção muito especial e dedicada com o colega inclusivo, respeitam, ajudam, participam, porque a criança é muito espontânea.
2. É muito boa porque o aluno PNE é tratado com carinho, respeito, sendo auxiliada pelos Colegas o que a torna amiga, querida e afetiva também.
3. Procuro acolhe-lo bem, deixá-la vontade, interagir com os demais colegas. Os outros alunos são amigos, solidários e sempre querem ajudá-lo.
4. Os alunos são incluídos normalmente na turma, porém as práticas desenvolvidas com eles são adequadas ao seu nível de compreensão.

Em relação à escola inclusiva, assim expõe Brasil (1997, p.41):

“A inclusão propõe uma visão global da escola. Supõe um projeto político pedagógico que ensaie o acesso e permanência bem sucedida do aluno no ambiente escolar, que assuma diversidade e dê conta das peculiaridades de todos os educandos de modo a contemplar as suas necessidades e potencialidades.”

Questiona a forma convencional da prática pedagógica e de escrever a ação docente, requerendo o aprimorar permanente do contexto educacional. Nessa perspectiva, a escola inclusiva cumpre o seu papel e viabiliza as finalidades da educação.

Percebe-se que a Educação Inclusiva necessita de uma mudança transformadora na forma e na estrutura da escola de hoje. Na verdade o papel da escola é proporcionar uma educação de qualidade para todos seus alunos. Por isso não é o aluno que se molda à escola e sim a escola que se molda ao aluno com toda a sua diversidade.

Portanto, para que a escola possa acolher a diversidade de alunos e atender bem esta diversidade é preciso que ela flexibilize seu currículo a fim de atender os interesses, motivações e capacidades de aprender, ou seja, a escola se molda ao aluno com necessidades especiais, pois necessitamos de respostas humanizadoras que obviamente se refletem e refletirão no presente e no futuro de seres humanos que merecem oportunidades de inserção social.

A inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas. Inclusão escolar, então implica em primeiro lugar em aceitar todas as crianças como pessoas, como seres humanos únicos e diferentes entre si.

Sobre esse aspecto, esclarece Mantoan (2001, p.17):

A inclusão é, pois, um assunto que causa certo desconforto às pessoas, principalmente no âmbito escolar, porque sabemos que ela só acontece realmente quando as escolas se modificam, não somente nas instalações físicas, mas em toda a proposta pedagógica, metológica e administrativa. A inclusão está intrinsecamente relacionada à qualidade de ensino e a abertura da escola para todas as crianças.

Percebe-se, então que as escolas inclusivas propõem um modo especial de se constituírem levando em conta as necessidades de todos os alunos e nesse sentido causam mudança de perspectiva educacional na medida em que se acaba privilegiando e ajudando a todos. Se a escola, que é começo de tudo, não alterar seus princípios para acolher a todos, não teremos uma escola de todos para todos.

Muitas são as dificuldades encontradas no desenvolvimento do processo ensino aprendizagem com alunos inclusos na turma regular, conforme as colocações dos docentes:

- 1 As dificuldades encontradas são principalmente relacionadas a falta de recursos humanos (monitores) pois existe a necessidade de atividades diferenciadas ao aluno com PNE e tem outros que necessitam desenvolver os objetivos regulares.
- 2 A presença do profissional habilitado (conforme a necessidade) que deveria ser disponibilizada pela 6ª CRE.
- 3 A falta de recursos humanos, para ajudar desenvolver certas atividades.
- 4 Falta uma melhor formação e capacitação e em alguns momentos, trabalhar habilidades diferentes é difícil.

É importante ressaltar que são muitas as dificuldades encontradas frente à inclusão na escola comum e estas mesmas dificuldades é que vão provocar a mudança na escola exigindo que ela reorganize seus espaços físicos melhorando suas condições materiais de trabalho de todos que nela atuam. É necessário, também, estimular os professores na atualização dos conhecimentos, porque a inclusão necessita que os professores estejam constantemente usufruindo da formação continuada.

Conceitua tal importância Beyer Capud revista do professor, 2007 “A primeira condição para a educação inclusiva não custa dinheiro, ela exige uma nova forma de pensar. Precisamos entender que as crianças são diferentes entre si. Elas são únicas na forma de pensar e aprender”.

Compreende dizer que a inclusão está intrinsecamente relacionada à qualidade de ensino e a abertura da escola para todas as crianças. O termo inclusão é muito mais amplo do que se imagina, talvez precise ser pensado não só quando se recebe uma criança com necessidade especial, mas sempre que se fala em educação para todos.

Essa vasta diversidade gera um desafio constante nas instituições escolares. Muitas crianças apresentam dificuldades de aprendizagem e, portanto, possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização. As escolas devem buscar formas de educar tais crianças.

A Constituição Federal de 1988 determina em seu artigo 205 que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. Segue no artigo 206 destacando princípios democráticos no sentido de nortear a educação. Garante aos portadores de deficiência “atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino” (art. 208 II). Portanto, a Constituição Federal garante a todos os alunos a frequência no ensino regular, com base no princípio da igualdade. Assim, todo aluno tem de estar matriculado no ensino regular e a escola tem o dever de matricular todos os alunos, não devendo discriminar qualquer pessoa em razão de uma deficiência ou sob qualquer outro pretexto.

A garantia desses direitos está expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), onde estabelece que a educação é direito de todos, garantindo atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência. Portanto, a ruptura com a ideologia da exclusão proporcionou a implantação da política de inclusão, que vem sendo debatida e exercida em vários países incluindo o Brasil. Assim as crianças que eram deixadas de lado, fora da escola agora estudam junto com os demais sujeitos da escola em classes comuns.

A proposta da Inclusão Escolar está em como desenvolver no cotidiano escolar uma postura com práticas e políticas inclusivas. Muitas vezes esta postura esbarra na falta de capacitação do professor, em recursos financeiros escassos, acessibilidade e principalmente o preconceito.

Mesmo com estas dificuldades, já houve avanços no processo de inclusão na escola pesquisada. Os pais passaram a ter novas idéias em relação aos seus filhos, ajustando suas expectativas, acreditando mais na capacidade das crianças. Os professores demonstram mudanças no seu jeito de trabalhar com as diferenças.

A relação interpessoal entre a escola e a família de alunos PNE, conforme colocações dos docentes.

- 1 É necessário haver uma relação entre escola e família, pois a escola também aprende com as diferenças é sempre uma experiência e a família é indispensável nessa interação.
- 2 Acredito que a relação escola e família deve ser baseado na amizade, respeito e colaboração, formando parceria.
- 3 É preciso essa relação para o professor conhecer melhor o aluno através da família, saber mais de suas necessidades e aptidões. A escola e a família devem andar juntas.
- 4 A relação é sempre tranquila, porém percebe-se que algumas famílias se comprometem mais e outras pouco ou nada fazem pela educação do filho com necessidades especiais.

A relação entre família e a escola pesquisada é aparente tranquila, mas necessita haver um comprometimento maior por parte dos pais, que simplesmente matriculam seus filhos e transferem para escola a sua responsabilidade. Muitas vezes a própria família do aluno com necessidades especiais lida com suas diferenças de maneira preconceituosa, não tendo informações sobre os seus direitos, sobre possíveis intervenções para propiciar uma melhor qualidade de vida deste aluno. Diante desta situação a escola procura orientar as famílias, sensibilizar a comunidade, mas às vezes sem sucesso.

O Estatuto da criança e do Adolescente, lei nº 8.069/90, artigo 55, determina que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de

ensino.” Obrigação essa que se dá como direito de todos, indiferente de qualquer tipo de diferença.

A Inclusão de aluno com necessidades especiais almeja cada vez mais a democratização do ensino, a garantia dos direitos humanos, oportunidades iguais aos diferentes, só assim será a base fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Em sua formação docente houve capacitação para trabalhar com alunos PNEs, eles responderam o seguinte:

1. Na graduação foi desenvolvida uma disciplina, porém de alguns tempos estão acontecendo formações nesta área.
2. Sim. Faz pouco tempo que sou formada e tivemos disciplina sobre Inclusão.
3. Já se falava no assunto, fiz alguns trabalhos, mas quase nada de uns tempos para cá é que há mais formações nesta área.
4. Muito pouco, apenas algumas horas dedicadas a Educação Especial.

Quanto à formação acadêmica, segundo as colocações dos docentes muito pouco, ou quase nada se trabalhou sobre a Inclusão. Fica difícil para os docentes ter uma prática pedagógica adequada para atender as necessidades de um aluno, se não tem o mínimo de conhecimento sobre ele.

A inclusão da diversidade nas salas de aula da escola pesquisada, ainda necessita avançar muito. Vivencia-se a grande dificuldade enfrentada pela escola no que diz respeito às políticas públicas de inclusão oferecida pelo governo, por não assegurar a inclusão com qualidade, começando pela acessibilidade, a formação continuada dos professores, espaços e materiais adequados.

Segundo os entrevistados a maioria das vezes não se sentem preparados, carece de habilidades de gerenciamento do comportamento destas crianças e de sala de aula, não sabendo como individualizar ou diferenciar o ensino para esses aprendizes. Por isso necessitam acompanhar o conhecimento crescente sobre políticas eficazes para a educação inclusiva, a qual se traduz não só em benefício dos alunos com deficiência, mas também de todos os demais alunos.

Cabe ao professor individualizar a aprendizagem, prever as dificuldades que cada aluno pode encontrar para realizar as atividades propostas, pré determinar a extensão e a profundidade dos conteúdos para poder regular o processo intelectual de construção do conhecimento.

A melhor maneira do professor acolher seus alunos com necessidades educacionais especiais é olhar, abraçar, acolher e reconhecer que estas crianças têm deficiências e também tem capacidades, podendo fazer muitas coisas, mesmo que seja de um jeito diferente. O professor precisa ter competência, dedicação e vontade, na atuação de sua prática pedagógica, necessitando buscar um aperfeiçoamento constante para um bom desempenho. Neste sentido concorda Mantoan (1997, p. 156) “é imprescindível que o professor estude, atualize-se e procure adaptar os novos conhecimentos partindo de hipóteses levantadas e seu espaço educacional”.

Com relação aos professores que participaram desta pesquisa os quatro docentes são do sexo feminino, fizeram curso de pedagogia, duas possuem pós-graduação sendo uma especialista em Educação Especial e o outra em Orientação Educacional. Atuam de 1º ao 5ºano. Todas têm mais de trinta anos de magistério e atuam nesta escola há bastante tempo. É evidente que as professoras desta escola não são as únicas responsáveis pelo sucesso ou insucesso dos alunos com necessidades educacionais especiais, mas exerce um papel fundamental na aprendizagem destes alunos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é o espaço onde a criança com deficiência pode aprender com as outras crianças e exercitar a sociabilidade por mais comprometida que seja. Para que realmente seja um lugar de competência social deve analisar as possibilidades dos alunos através da observação das suas experiências cotidianas em sala de aula, traçar os objetivos do seu PPP, partindo da sua realidade e das características individuais de cada aluno e buscar estratégias para que o processo de ensino-aprendizagem proporcione uma educação de qualidade para todos.

A escola inclusiva preconiza o ensino em que aprender é um ato não linear, contínuo, fruto de uma rede de relações que vai sendo tecida pelos aprendizes em ambientes escolares que não discriminam, não rotulam e oferecem chances de sucesso para todos, dentro das habilidades, interesses e possibilidades de cada aluno. A inclusão passa a ser mais uma proposta baseada no modelo social que estimula e trabalha com o aluno com necessidades educacionais especiais, e a sociedade a se conhecerem e juntos buscarem meios para conviver e solucionar suas necessidades individuais e coletivas, buscando a possibilidade de valorização da autoestima e da autoconfiança para enfrentar suas dificuldades.

A escola deve ter como meta o sucesso de todos os seus alunos, aceitando os diferentes níveis de desenvolvimento de cada um, buscando a formação de todos os educandos e não apenas dos mais privilegiados.

A inclusão prevê a utilização de recursos, ferramentas, linguagens, tecnologias que concorram para diminuir ou eliminar as barreiras que se interpõe ao processo de ensino-aprendizagem fazendo parte da tecnologia assistiva que deve ser oferecida pelo professor de AEE e encaminhados para o trabalho com o professor de sala de aula regular se necessário.

Na escola em que realizamos a pesquisa constatei que ela é inclusiva em parte, com atendimento precário, começando pelo espaço físico que não oferece condições adequadas para o atendimento do aluno incluído. As salas de aulas são pequenas e o aluno cadeirante tem dificuldade na acessibilidade. Há falta de recursos humanos para auxiliar o professor na execução de algumas atividades. Há também falta de formação adequada para os profissionais dessa área. Também não há uma intérprete de Libras para atender a aluna surda.

O propósito deste trabalho foi refletir sobre Gestão Escolar, Direito à Educação e tendo como foco principal a Inclusão Escolar e dentro desse aspecto foram feitos questionamentos para saber dos professores como ocorre a inclusão escolar, como é a aceitação do professor para com o aluno com necessidades educacionais especiais e suas

dificuldades para atendê-los, que conhecimentos possuem sobre a educação inclusiva e se sua prática pedagógica são realmente inclusivas.

Após a realização dessa pesquisa constatamos que houve mudanças em alguns aspectos, mais conscientização, empenho dos professores em buscar atualização e diversificar as atividades atendendo melhor as necessidades do aluno. Mesmo com todas as dificuldades os alunos com necessidades educacionais especiais que procuram a escola são bem recebidos e há um esforço por parte de todos para melhor adaptá-los. Avançar se faz necessário, tanto por parte dos professores quanto dos alunos e pais.

Em suma, é provável que se continue a encontrar algumas resistências de docentes que tem a ver fundamentalmente com o receio da mudança, mas com a superação dos obstáculos comentados acima o processo inclusivo pode significar uma verdadeira revolução educacional que envolve toda a comunidade escolar e conseqüentemente toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB Lei nº 9394/96.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Declaração Mundial sobre educação para todos**. Jomtien, Tailândia: março de 1990. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&id=22:a-conferencia-dejomtien-e-a-educacao-para-todos-no-brasil-dos-anos-1990&Itemid=15>. Acesso em: 23 jul. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

FREIRE, Madalena et al. **Avaliação e Planejamento: a prática educativa em questão**. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Texto da Lei 10576/95** com as alterações da Lei 11695/01, disponível no endereço: www.educacao.rs.gov.br/pse/html/legislacao.

MADER, G. Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma. In. MANTOAN, M.T.E. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon: Editora SENAC, 1997.

MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, 1997.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1999.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SAINT – LAURENT, L. (1997) **A educação de alunos com necessidades especiais**. In M. T. E. Mantoan (Org.), **A integração de pessoas com deficiência: uma contribuição para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, SENAC.

SECRETARIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Gestão Democrática do Ensino Público**. Cad 1. Em busca da qualidade da escola, 1997.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa: ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

UNESCO. **Declaração de Salamanca:** sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 23 jul. 2015.

VEIGA, I. P. A; RESENDE, L. M. G. de (Orgs.). **Escola:** espaço do projeto político – pedagógico. 7.ed. São Paulo: Papirus, 2003.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro: W.V.A, 1997.